

# NO GOVÊRNO

Por várias vezes a *Seara Nova* tem sido solicitada a colaborar no govêrno. A essas solicitações tem ela oposto invariavelmente a sua recusa terminante, porque a todos os argumentos se tem sobreposto sempre a firmeza dos seus princípios ou o simples sentido das conveniências morais. Também o sr. Alvaro de Castro entendeu que devia dar à *Seara Nova* a honra de convidar para o actual ministério um dos seus mais categorisados membros, o sr. Jaime Cortesão. Recusou êste *in limine*, alegando, entre outros motivos, que era convicção da *Seara Nova*, já tantas vezes manifestada, que os problemas nacionais se não resolviam parcelarmente, mas integrando-os numa obra de conjunto. Não se deu por vencido o sr. Alvaro de Castro, retorquindo que ao nosso grupo seriam dadas, não uma, mas três pastas (instrução, guerra e agricultura), duas das quais constituiriam realmente os eixos moveis dos nossos mais instantes problemas nacionais. Então o sr. Jaime Cortesão apelou para a decisão dos seus amigos, que foram de parecer que, nestas condições, tendo a *Seara* possibilidade de pôr em prática algumas das medidas mais essenciais do seu plano de reformação, e dando-se ainda a circunstância de terem sido frustados, mas não definitivamente afastados, o perigo e a vergonha dum golpe militar em beneficio dum partido, e chefiado por um aventureiro político serventuário da Finança, o que seria a maior alteração de ordem moral que se teria produzido neste país, não cabia ao nosso grupo o direito de manter a sua recusa a colaborar numa governação nacional. Persistir nela, sem motivo plausível, por simples desejo de «torre de marfim», seria dar razão àqueles que insistentemente nos chamam teóricos e nefelibatas, e desconfiam da nossa capacidade de realização. Ora já desde o primeiro numero desta revista vimos dizendo que «uma acção social verdadeiramente fecunda só a podem exercer, num país desiludido como o nosso (*et pour cause*), aquêles que se apresentam ao público com mais alguma coisa do que teorias, livros e discursos — com *actos* em que se revele competência, discernimento, audácia, capacidade criadora e perfeita dedicação ao país... Este país ferido na sua grande massa por um justificadíssimo scepticismo, que lhe vem de todos os programas políticos irrealizados, de todas as maravilhosas intenções frustradas, de todas as teorias naufragadas na maior crise de inércia e in-

capacidade que ainda viu um povo — êste país já não confia, nem pode confiar, na simples actividade teorizante.»

Até agora havia para a nossa recusa imperiosas razões; neste momento passaria a haver apenas subterfúgios, habilidades, ou falsos pretextos criados pela consciência da própria incapacidade ou pelo comodismo. Demais, não aceder agora ao convite feito, era apressar porventura o desfecho sinistro da crise, levar a razão a escolher entre o dilema que ultimamente lhe vem sendo posto entre o regimen dos arruaceiros e dos demagogos, e a tirania das ditaduras militares, orientadas por interesses anti-rationais e servidas por políticos corruptos.

Evidentemente que o ministério do sr. Alvaro de Castro não é positivamente o ministério ideal, o que teria saído da cabeça de Júpiter, se Júpiter se desse ao trabalho de pensar na solução dos nossos problemas nacionais. Mas não julgamos que tão cedo os nossos govêrnos saiam da cabeça de Júpiter; temos de nos contentar, por ora, com as contingências que ao verdadeiro ideal nacional fixam as nossas tristes realidades políticas. Quem procura apenas intervir nas condições ideais, arrisca-se a não intervir nunca, e manifesta, além do mais, a sua inadaptação social e a sua incapacidade de modificar a realidade.

A *Seara Nova* está, pois, representada no ministério, e está representada para defender o seu ponto de vista de política geral e para pôr em prática os seus planos concretos de reformação. Quando a *Seara Nova* se convencesse de que os seus esforços eram inúteis, que os seus planos não eram aceites, que tínhamos de continuar a viver neste regimen de baixa oligarquia financeira que deu o escândalo tremendo das 400.000 libras, sancionado por monarchicos e republicanos, o caminho estalhe hia naturalmente indicado. Ela deixaria então de colaborar, e ergueria, ainda mais alto e com maior autoridade, o seu protesto, não para se juntar aos demagogos, aos jacobinos, aos irrequietos, aos ambiciosos, aos comediantes, mas a todos os Homens Livres de Portugal que aspiram a dignificar a Pátria em que vivemos. Ao contrario de certos políticos, manteremos no govêrno a nossa atitude da opposição. Deixamos a dialéctica dessas distincções aos que presam a Jano de duas caras — aos que não tem, afinal, cara nenhuma.